

DIREITOS HUMANOS

Acordo evita condenação do Brasil na OEA

Comissão Interamericana de Direitos Humanos criticava impunidade por mortes no 42.º DP

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON – Um entendimento negociado pessoalmente pelo secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, no início da semana em Washington, evitou que o Brasil fosse formalmente condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A condenação seria por causa da impunidade dos responsáveis pelo assassinato de 18 presos no 42.º Distrito Policial, no Parque São Lucas, em São Paulo, há mais de nove anos. Eles morreram asfixiados ao ser colocados com 90 presos numa cela quase sem ventilação e com capacidade para no máximo 15 pessoas.

Pelo acordo, obtido sob o mecanismo de “solução amistosa” dos casos que chegam à CIDH, o governo brasileiro admitiu a responsabilidade e assumiu o compromisso de ver os responsáveis punidos e as famílias dos mortos indenizadas. A queixa foi feita por duas organizações não-governamentais, entre elas o America’s Watch, parte do maior grupo de defesa dos direitos humanos do mundo.

Pressões – As indenizações serão pagas pelo Estado de São Paulo, de acordo com os critérios do decreto número 42.788, que criou um grupo de trabalho para tratar do massacre da delegacia do Parque São Lucas. A punição judicial dos culpados começou com a prisão do carcereiro José Ribeiro, condenado a 30 anos. Todos os recursos já se haviam esgotado, mas Ribeiro continuava solto e trabalhando numa função burocrática na polícia paulista por conta de uma technicalidade: a falta de um mandado de prisão. O investigador Celso José da Cruz também foi condenado, mas recorreu. O delegado Carlos Eduardo de Vasconcelos foi absolvido. O governo insistirá pelos meios legais disponíveis na condenação dos dois funcionários.

“O fato de o carcereiro ter ficado solto até recentemente mostra o grau da impunidade dos que cometem crimes contra os direitos humanos no Brasil”, disse Gregori. “Nós abrimos processos contra os acusados desse tipo de violação mais rápido do que a Justiça da Suécia, mas para concluí-los somos mais lentos do que a Justiça de Uganda.”

Um advogado que defendeu presos políticos na época do regime militar e é pessoalmente próximo do presidente Fernando Henrique Cardoso, Gregori disse que vê na ação da CIDH um fator positivo na campanha do governo contra os abusos aos direitos humanos no Brasil. “A defesa dos direitos humanos é uma prioridade ecumênica do presidente e deste governo”, afirmou. Para sublinhar esse ponto, Gregori informou que Fernando Henrique indicou o jurista Hélio Bicudo, politicamente ligado ao Partido dos Trabalhadores, para ser um dos sete membros da CIDH.

O Brasil é réu em vários outros casos pendentes perante a comissão. Ainda este ano, a CIDH deverá examinar o massacre do Carandiru, no qual 111 presos foram sumariamente executados pela Polícia Militar numa desastrosa intervenção para resolver um tumulto numa das alas do presídio, em outubro de 1993. Também na fila está o massacre de Eldorado do Carajás.

Segundo Gregori, a maior dificuldade para resolver os casos de modo a evitar a condenação moral do País pela CIDH “é convencer os governos estaduais de que o mundo exterior existe e é importante responder às acusações”. Embora uma condenação pela CIDH não envolva sanções específicas, ela pode, potencialmente, servir de pretexto para boicotes econômicos, criar problemas de imagem e dificultar as relações dos governos estaduais com organismos internacionais de crédito.

Esses recursos são cada vez mais usados pelas ONGs que defendem os direitos humanos. “Além de seus próprios méritos, os direitos humanos são um novo valor da globalização e o governo federal compreende isso”, disse Gregori.